

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1013681-15.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **Radio Progresso São Carlos Ltda**  
 Requerido: **Restaurante São Carlos Eirelli Me**

**RADIO PROGRESSO SÃO CARLOS LTDA** pediu a condenação do **RESTAURANTE SÃO CARLOS EIRELLI ME** ao pagamento da importância de R\$ 12,490,90, correspondente ao preço por serviços de publicidade que foram prestados.

Citado, o réu não contestou o pedido.

A autora requereu a aplicação dos efeitos da revelia.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (artigo 344 do Código de Processo Civil), com a consequência jurídica do acolhimento do pedido. Ademais, era ônus do réu demonstrar o efetivo adimplemento das duplicatas emitidas.

Cabem ressalvas.

Não se trata de desfazimento de contrato, por descumprimento de cláusula específica, pelo que não incide multa compensatória de 20% prevista no instrumento. Cuida-se de cobrança da prestação pecuniária prometida, sobre a qual incidem os encargos moratórios correspondentes.

Os honorários advocatícios são fixados na sentença, não aqueles previstos no instrumento. O exercício de cobrança extrajudicial não se compatibiliza com obrigação assumida pelo contratante, nem se cumula.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno o réu a pagar para a autora a

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

importância de R\$ 4.284,69, com correção monetária e juros moratórios subsequentes ao período contemplado na planilha de cálculo de fls. 29, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 10 de março de 2017.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**